

Ocupação Territorial E A Espacialidade Das Atividades Econômicas: O Caso Do Estado De Mato Grosso¹

*Territorial Occupation and the Spaciality of Economic Activities:
the Case of Mato Grosso*

Marines Orlandi²

Jandir Ferrera de Lima³

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a evolução das atividades econômicas a partir da ocupação efetiva do território no estado de Mato Grosso após a década de 1980, com uso do quociente de localização. Identificou-se que houve mudanças na estrutura produtiva com a modernização da agropecuária na Microrregião Alto Teles Pires (ao centro do Estado), mas há ilhas de crescimento diferenciado como nas Microrregiões Sinop e Colíder (ao norte) e Cuiabá e Rondonópolis (ao sul) do Estado.

Palavras-chave: Crescimento populacional. Economia regional. Território.

Abstract: The goal of the article is to analyze the evolution of economic activities starting from the effective occupation of the territory in the state of Mato Grosso after the decade of 1980, using location quotient. It was identified that there were changes in the productive structure with the modernization of the agriculture in the microregion of Alto Teles Pires (in the center of the state), but there are islands of differentiated growth as in the microregions of Sinop and Colíder (to the north) and Cuiabá and Rondonópolis (to the south) of the state.

Key-words: Population growth. Regional economy. Territory.

JEL: R12, R1

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a evolução das atividades econômicas a partir da ocupação efetiva do estado de Mato Grosso após a década de 1980. Com isso, mostrar como as microrregiões do estado de Mato Grosso alocaram sua mão-de-obra formal e estruturaram suas atividades produtivas. Para a análise, foram pesquisados os 141 municípios do Estado, organizados em 12 microrregiões distintas.

Vale ressaltar que até o início do século XX, o território mato-grossense constituía-se numa das regiões pouco conhecidas do território brasileiro. Nesse período, o cenário econômico do Mato Grosso resumia-se a exploração de diamantes e ouro e a pecuária, que ocorria paralela ao processo extrativista madeireiro. No século XX, acentuam-se os ciclos econômicos com a industrialização da cana-de-açúcar, que tem sua decadência em meados de 1940. Mas, concomitante com a decadência desse ciclo, ressurgiu o 2º ciclo do diamante, no leste mato-grossense, que estimula a atração de imigrantes, surgindo núcleos populacionais que, depois, transformaram-se em cidades (SIQUEIRA, 2002; MORENO e HIGA, 2005).

¹ Artigo recebido em abril de 2012 e aprovado em julho de 2012

² Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE/Toledo/PR. Mestre em Administração pela FAESP/SP. Graduação em Administração pela UNIPAR/Umuarama/PR. Professora efetiva do Departamento de Administração, UNEMAT/Sinop/MT. E-mail: marinesorlandi@gmail.com.

³ Ph. D. Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC)/Canadá. Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail: jandirbr@yahoo.ca.

Após 1940, com a expansão da fronteira agrícola, o território mato-grossense passou ser atrativo em função da disponibilidade de terras, custos baixos de produção pecuária e o preço acessível dos terrenos, estimulando as migrações, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, com a ocupação e uso efetivo da terra para a produção de *commodities*. Isso consolida a expansão fronteira agrícola no Estado (BECKER, MIRANDA e MACHADO, 1990).

A partir de então a nova forma de explorar a produção agropecuária (produtividade em escala para comercialização) tornou-se a advinda das novas tecnologias, de mudanças organizacionais, da inserção de novos produtos, fortalecendo novas áreas a serem incorporadas efetivamente ao sistema produtivo mundial, alterando a lógica espacial preexistente (ARRUDA, 2007). A nova lógica que se configurou, na fronteira agrícola contemporânea mato-grossense, se relacionou com as mudanças no padrão técnico-produtivo da produção agropecuária brasileira e às vantagens comparativas locais. Isso estimula a fragmentação do território em novos espaços urbanos e de assentamentos humanos.

O resultado desse novo perfil de exploração econômica e ocupação do espaço tiveram impactos na fragmentação do território do Estado. Higa e Moreno (2005), informam que o antigo Mato Grosso, no ano de 1977, era formado por 93 municípios, com 1.231.549 km². Após a divisão territorial, Mato Grosso passou a ter 38 municípios em uma área de 903.357,908 km² (IBGE, 2009). Por sua vez, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Mato Grosso (SEPLAN, 2008), informa que o Estado, em 1980, constava com 55 municípios; em 1990, com 95 e em 2007, possuía 141 municípios em seu território.

Nessa expansão de espaços urbanos houve também um crescente populacional: em 1980, o Mato Grosso constava com 654.952 habitantes; em 1991 já possuía 1.485.110 habitantes, e no Censo de 2000, foi identificado 1.985.590 habitantes no Estado. Em 2010, o IBGE apontou 2.954.625 habitantes. Esses números reforçam a atratividade do Estado, que foi evidenciado pelo Censo de 2000, pois dos 10 municípios da Região Centro-Oeste com as maiores taxas de crescimento, 08 deles estavam no Mato Grosso (IBGE, 2001). Com esta dinâmica territorial se consolidando, ocorreram mudanças na localização dos pólos econômicos e consolidação de uma nova estrutura produtiva (MORENO; HIGA, 2005).

Assim, para avançar no objetivo proposto, além da revisão bibliográfica foi realizado o levantamento de dados em fontes secundárias, efetuadas principalmente nos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados do Produto Interno Bruto (PIB) e o do emprego formal nos municípios, a partir do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Contribuindo para a compreensão da situação socioeconômica regional, também foram usados dados e informações em relatórios e anuários produzidos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Mato Grosso (SEPLAN).

2 Metodologia

A delimitação da área de estudo foi definida a partir da classificação das Microrregiões Geográficas do Estado de Mato Grosso, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As Microrregiões Geográficas são conjuntos de municípios próximos definidos como partes das mesorregiões,

apresentando especificidades na organização do espaço, entre as quais sua estrutura de produção, relações sociais e econômicas específicas. Também tem o intuito de oferecer elementos para a compreensão atualizada da realidade territorial do Estado, vista em sua escala regional.

As 12 Microrregiões Geográficas do Estado são: Aripuanã, Alta Floresta, Colíder, Norte Araguaia, Médio Araguaia, Canarana, Paranatinga, Sinop, Arinos, Parecis, Alto Guaporé, Tangará da Serra, Jauru, Alto Pantanal, Cuiabá, Rosário Oeste, Rondonópolis, Alto Araguaia, Tesouro, Alto Teles Pires, Primavera do Leste e Alto Paraguai.

A compreensão da dinâmica regional foi feita tendo por base o emprego formal por setor econômico das microrregiões, coletada na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgada pelo Ministério do Trabalho. Tal variável representa um bom indicador, pois reflete o perfil de emprego, observando aspectos de seguridade social e direitos trabalhistas. Nesse aspecto, a expansão e criação de mais postos de trabalho formais se refletem na dinâmica econômica, incrementada com expansão da renda proveniente de salários e o acesso da população a Previdência Social.

Como a intenção do estudo é analisar a evolução das atividades econômicas a partir da ocupação efetiva no estado de Mato Grosso, o espaço temporal (1980 a 2007) se deu em virtude da disponibilidade de dados do IBGE. Entretanto, com relação aos dados do mercado de trabalho formal, os mesmos foram coletados no período de 1985 a 2007, a fim de que houvesse padronização na coleta comparada das informações.

Para a estimativa do perfil locacional, utilizou-se o quociente de localização (θ). O QL compara a participação percentual do emprego formal setorial de um município com a sua participação no percentual a microrregiões de Mato Grosso como um todo. Para tal, foram definidos os setores econômicos (primário, secundário e terciário), e o emprego (E) nesses setores, como variável, em que se considere E_{ij} o emprego no setor i do município j . O padrão de concentração ou dispersão do

emprego é estimado a partir de $\theta_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}}$, em que $\theta \geq 1$ indica uma forte

localização do emprego. A partir desse resultado pode-se generalizar a localização para média ($0,50 \leq \theta \leq 0,99$) ou fraca ($\theta < 0,50$) (FERRERA DE LIMA e EBERHARDT, 2010; FERRERA DE LIMA et al, 2009). O $QL \geq 1$, do emprego num setor específico em relação as outras microrregiões. Indica também a especialização e a tendência à concentração da atividade econômica em relação ao conjunto das microrregiões.

3 Resultados e Discussões

3.1 Território e ocupação: a distribuição espacial da população mato-grossense e o perfil das atividades econômicas

Em virtude das várias facetas que se identifica um espaço territorial, é comum discussões da região como espaço político, tendo essa análise um viés físico, delimitado pelo estado em suas políticas públicas de ocupação e interesses. Há

também a perspectiva de região vista pelo componente espacial, entre ações para integração entre culturas, atividades econômicas e projeções de autonomia e direitos. Estas duas vertentes, evidenciam que a região é o referencial da população (GOMES, 1995).

A região também é produto do inter regionalismo, expondo a idéia de diferenciação entre a formação das regiões, identificadas por características distintas entre si, que caracterizam e diferenciam as potencialidades de um espaço territorial. Nisto, reforça-se a disputa entre o local e o global na regionalidade espacial de um país (BENKO, 1999).

Com a visão de que região é a parceria entre os aspectos físicos e de relações humanas, fica claro a compreensão do conceito de território, visto como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78). O território surge como espaço concreto, apropriado e ocupado por um grupo social, que gerará raízes e formará sua identidade. Tanto que esse grupo social não pode ser visto sem seu território. O espaço concreto se caracteriza na identidade sócio cultural (SAQUET, 2009).

A territorialidade está assentada no poder de um grupo social. As modificações espaciais efetuadas pelo grupo social modifica o território, transformando-o e o enraizando nas formas de relações sociais e econômicas. Eduardo (2006, p.178) reforça essa concepção, ao afirmar que território é a multidimensionalidade interagida: a política, a economia, a cultura e natureza estão “imbricados relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda esfera do corpo social”. Os territórios são construídos socialmente, pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social.

Na perspectiva de Becker (2010), este poder advém das relações do estado e do capital, caracterizando-se como aspecto multidimensional. Então, classifica-se o multi dimensionalismo sob duas divisões da relação território e poder: território como o espaço da prática; e, territorialidade como forma de manifestação das relações de poder.

Por sua vez, a ocupação da fronteira se dá pela expansão territorial do e no espaço regional. Flores (2000) afirma que a idéia de região tem duas vertentes: uma, como parte de um todo - visão que implica limites e fronteiras – e outra, de sua fundação, por características étnicas, religiosas ou políticas. E por ter estas vertentes, complementares entre si e nem por isso, integradoras, causa diferenças entre uma população e seus valores, pois parte do princípio de fragmentação da identidade e perda de sua substância desse ator social (JIMENO, 2000). Esta fragmentação do pensamento e valores dos atores sociais, como também a fragmentação do território em si, desencadeia o processo de violência, tanto na forma de luta de classe, como a violência do “nós” se sobrepondo ao “eu”. Nisto, reforça-se a percepção do fenômeno regional como construção social e econômico, como aspectos de identidades de grupos, na perspectiva que o sentimento de nação passa antes pelo sentimento e ações de região.

Por isso, o estado e os aspectos tecnológicos são fatores determinantes para a produção de fronteira haja vista ser considerado um espaço em incorporação com alto potencial político, sofrendo fatores como do capital, a força de trabalho, a rede urbana de ocupação do espaço e formação de regiões, fatores este que determinam o poder local desse território (BECKER, 2001).

Com estes objetivos expansionistas à baila na atual conjuntura, há pressões para influir na decisão dos estados sobre o uso de seus territórios. Becker (2005)

complementa que estas pressões sobre o Estado e seus territórios estão ligadas à revolução científico-tecnológica e da comunicação e sua circulação no planeta, com uso de redes e fluxos que configuram espaços-tempos diferenciados.

3.2 A ocupação populacional mato-grossense: políticas de desenvolvimento e integração do espaço

Enquanto a fronteira é objeto permanente da preocupação dos Estados no sentido de controle e vinculação de indivíduos e riqueza de povos e país, por outro lado, a fronteira é fator de integração. Isso na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e econômicas. Porém, o espaço fronteiriço pode impor limites para essa integração. Pela perspectiva do Grupo Retis (2003), o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

E neste aspecto, Martins (2001) descreve a visão de limite como fator de separação que deve ser superada para a integração, afirmando que a unidade política e territorial brasileira foi uma preocupação constante das elites políticas no período de formação do Estado no Brasil e continuou sendo em todo o período Republicano. Isso vem confirmando-se que a divisão do território é prática constante no Brasil, onde iniciou entre 1534 e 1536 e segue até o final do Século XX, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, do estado do Tocantins, em 1988. Essas ações de criação, separação ou fragmentação do espaço territorial vêm argumentadas com o princípio de integração, de fortalecimento de estados e/ou regiões, em função da imensidão territorial, suas diferenças regionais, o adensamento populacional, o abandono de estados em detrimento de outro, como também aspectos que envolvam a representação política.

A Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), já apontava em 1953, áreas das regiões Norte e Centro-Oeste, como novos espaços a serem incorporados ao processo produtivo nacional, que se concretizaram em 1964, na política nacional de ocupação, estruturada e regulamentada pelo Decreto Federal nº 59.428/66, que conciliou a ocupação das terras com a expansão espacial do capital na Amazônia (ARRUDA, 2007). Isso confirma o processo intervencionista do Estado na ocupação das fronteiras do Brasil.

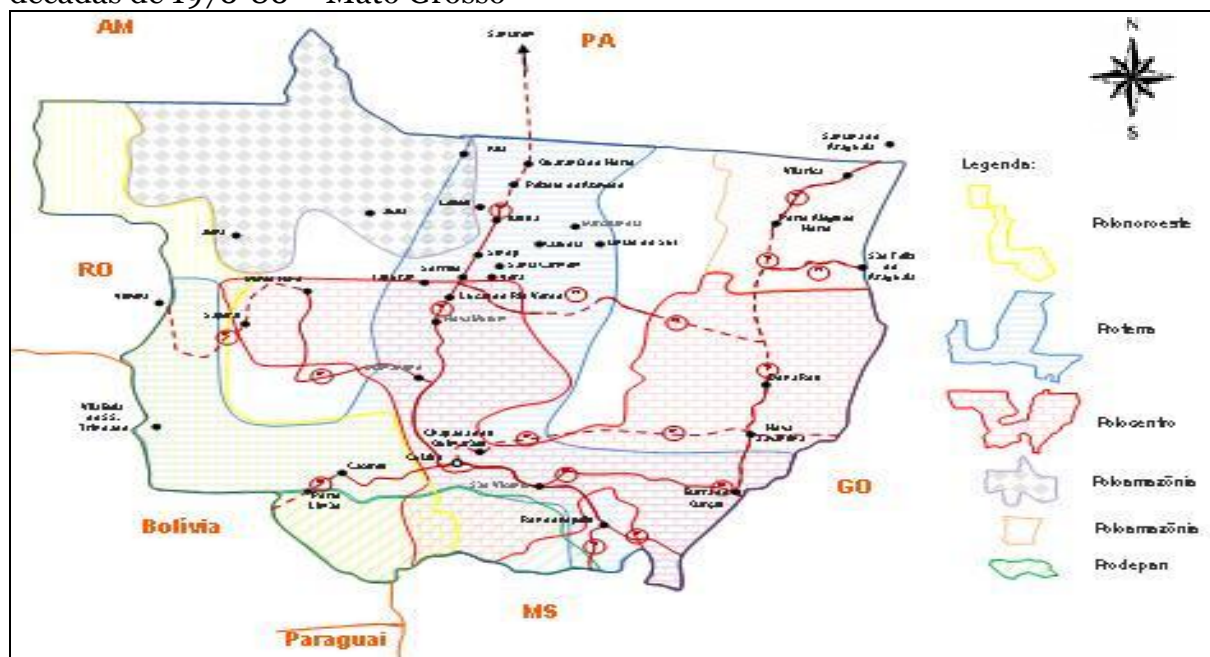
Siqueira (2002) e Moreno e Higa (2005), informam que é no período de 1970 a 1990 que se acentuam, no Mato Grosso, as políticas federais de colonização e expansão espacial, denominadas por muitos, como política espacial do capital, representada pelas políticas de colonização. Isso ocorre em virtude da política de Getúlio Vargas, com a ocupação dos “espaços vazios” do Centro-Oeste, fomentando a “Marcha para o Oeste”, que trouxe ao Mato Grosso, produtores agrícolas do Sul e Sudeste do país. A vinda desses “colonos” tinha por objetivo ocupação e posse do território como suporte da economia nacional.

Para que houvesse a efetivação da ocupação espacial nesse território foram implantados projetos oficiais e particulares de colonização nas áreas federalizadas, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com isso, a União passou a ter sob seu domínio cerca de 60% das terras devolutas do Mato Grosso. Com a criação de projetos advindos da política federal de ocupação, o Estado chegou a ter entre 1970/1980, 234 projetos de “colonização

empresarial”. Deste, 215 eram agropecuários, financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que do montante para essa ocupação, 31,12% dos seus recursos eram destinados ao Mato Grosso (SIQUEIRA, 2002).

A Figura 1 representa o espaço geográfico de delimitação para a ocupação fomentada pelas políticas federais e estaduais de colonização. O Mato Grosso teve sua ocupação de “fronteira”, por políticas de integração e ocupação. As mesmas ocorrem para suprir demanda de matéria-prima para indústria e para produção de matéria-prima à exportação (BECKER, 2005; MORENO e HIGA, 2005).

Figura 1 – Planos/Programas e rodovias* implantadas pelo governo federal nas décadas de 1970-80 – Mato Grosso



FONTE: Adaptado de Moreno e Higa (2005)

Assim, o crescimento populacional do Mato Grosso se deu sob o estímulo da política expansionista da fronteira agropecuária. O Estado tornou-se alvo atrativo de pessoas que migraram de diferentes regiões do país em busca de terras e trabalho. Moreno e Higa (2005) relatam que, para isto, houve ações que integraram a região, principalmente no final da década de 1970 e na década de 1980: construção de rodovias federais (BR-163; BR-070 e BR-364); projetos de colonização (iniciativa privada e pública); o baixo preço da terra agricultável; programas federais de incentivos fiscais (SUDAM, SUDECO) e de desenvolvimento regional, vinculados ao Plano Nacional de Desenvolvimento Nacional I e II (PROTERRA, POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO).

Tabela 01 – Evolução da população total – Mato Grosso e Brasil – (1940 a 2009).

Anos	População Mato-grossense		População Brasileira	
	Total	TCR (%)*	Total	TCR (%)*
1940	193.625	–	41.236315	–
1950	212.649	9,82	51.944.397	25,97
1960	330.610	55,47	70.992.343	36,67
1970	598.879	85,38	94.508.583	33,13
1980	1.138.691	85,79	121.150.573	28,19
1990	2.027.231	78,03	146.917.459	21,27
2000	2.504.353	22,76	169.799.170	15,57
2009**	3.001.692	19,86	191.750.100	12,93

FONTE: Machado; Borba e Orlandi (2010). Adaptado de Moreno e Higa (2005, p. 73)/ baseado em Censos Demográficos do IBGE.

Nota = Dados antes de 1977, relativos somente ao território de Mato Grosso

* TCR: Taxa de Crescimento Relativo - ** Dados Parciais do ano de 2009

Ao observar a Tabela 01, nota-se que a população do estado de Mato Grosso teve um salto de crescimento substancial nas décadas de 1970 e 1980, período de maior poder de interferência do Estado com implementação de políticas públicas de fomento à ocupação e integração do espaço nacional. Em 1980, houve recorde de crescimento populacional, com aumento de 85,79% em relação à década anterior, com 1.138.691 habitantes, onde na década 1970, Mato Grosso possuía 898.879 habitantes (HIGA e MORENO, 2005).

Essa ocupação de Mato Grosso tem sua concentração populacional nas áreas rurais do Estado, em decorrência das políticas de colonização fortemente vinculadas a ocupação e integração do espaço, principalmente até o final da década de 1980. E neste período já mostra que a região sul do Estado teve um comportamento locacional da população diferenciado, visto na microrregião de Cuiabá e Rondonópolis (SEPLAN, 2008).

Após a década de 1970, quando da implementação das políticas públicas para ocupação efetiva de todo o Estado, a microrregião de Cuiabá recebeu grandes contingentes populacionais de sulistas e paulistas pela proximidade com o atual Mato Grosso do Sul e do São Paulo, onde inicia outro pólo de crescimento da população: a microrregião de Rondonópolis.

3.3 O perfil da localização do emprego no Mato Grosso

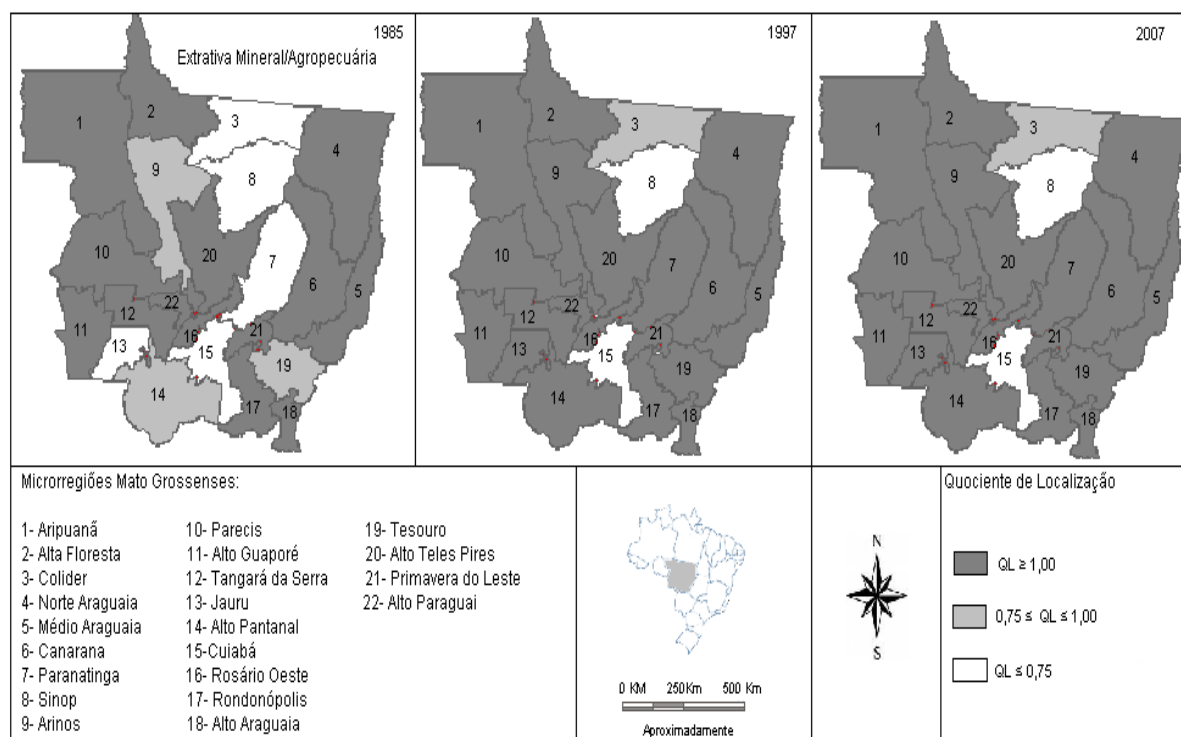
Crescimento econômico está relacionado a um conjunto de fatores, dentre eles a disponibilidade da mão-de-obra, ou seja, a distribuição espacial da população. E isso ocorre porque o fator econômico relaciona-se com duas vertentes: produção (relação social) e recurso (força de trabalho) (SINGER, 1982).

Da mesma forma que o processo de crescimento econômico é desigual entre as regiões, também é a força de trabalho. Tais fatos ficam evidenciados na microrregião de Cuiabá, que engloba as cidades de Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Cuiabá e Várzea Grande e possui 698.644 habitantes (CENSO, 2010). Por outro lado, ao se observar os Censos de 2000 e 2010, vê-se um decréscimo populacional desta microrregião, em torno de 100.831 habitantes. Isso ocorre ao mesmo tempo em que outras microrregiões do Estado

começam a ter crescimento populacional advindo dos contingentes migratórios (SIQUEIRA, 2002). O crescimento da população fica evidenciado em microrregiões como Médio Araguaia, Alto Araguaia, Sinop, Tangará da Serra, Primavera do Leste, entre outras, localizadas no centro-sul e norte do Mato Grosso.

Para que houvesse efetivamente uma ocupação para a produção no Estado, houve a implementação de políticas de acesso e integração entre as regiões brasileiras às regiões de Mato Grosso. Isso se deu com melhorias na malha viária, à expansão das telecomunicações, à abertura de novas fronteiras agrícolas, as quais proporcionaram a criação de mais núcleos urbanos em ocorrência de um intenso fluxo migratório oriundos de varias regiões do país, como também de fluxo migratório entre as regiões do estado de Mato Grosso (ARRUDA, 2007). Também se observam que a partir de 1997, o sul do Mato Grosso tem seu adensamento populacional fortalecido pelas microrregiões Rondonópolis e Primavera do Leste. Isto se visualiza na representação das Figuras 02, 03 e 04.

Figura 2 - Perfil Locacional (QL) da ocupação de mão-de-obra do Mato Grosso – setor primário (1985 a 2007)



FONTE: Resultados da pesquisa, a partir de dados da RAIS/MTE

Pela Figura 02, chama a atenção a mesorregião norte mato-grossense, que possui 08 das 22 microrregiões do Estado. Esta mesorregião até meados de 1980 ainda era pouco povoada em virtude das dificuldades territoriais que aí se projetavam, como densa floresta, clima adverso, problemas fundiários entre outros. Essa situação começa a ser alterada no período subsequente.

No período de 1985 a 2007 (Figura 02), as microrregiões de Sinop e Colíder já possuíam uma fraca e média concentração do emprego nas atividades primárias dos setores de extrativismo mineral e do segmento agropecuário, respectivamente, diferentemente das demais microrregiões próximas. Isto ocorreu porque foram as primeiras regiões implementadas pelos programas federais de colonização, com

participação ativa das colonizadoras que facilitaram o acesso à região pela ajuda federal e estadual em incentivos fiscais e regularização fundiária (MORENO e HIGA, 2005).

Segundo Moreno (2005), enquanto a pecuária extensiva ocorre nos cerrado mato-grossense, o rebanho bovino se concentra na região norte mato-grossense, sendo Juara o maior produtor dessa região, destacando-se ainda Alta Floresta, Juína e Colíder. Por sua vez, a agricultura atual na região norte mato-grossense apresenta alto nível tecnológico, constituindo-se como atividade importante em alguns municípios da região [em especial nos municípios-pólos do Norte de Mato Grosso].

Essa dinâmica territorial se fortalece em decorrência da política de colonização para a ocupação dos “espaços vazios”, efetivadas pelas colonizadoras privadas, em consonância e interferências das políticas governamentais, em sua maioria. As colonizadoras definiram em suas ações de inserção dessas regiões, no caso, as suas cidades principais, como cidades-pólos em oferta de infraestrutura para a população regional que por lá se fixavam, principalmente com a cidade de Sinop, com oferta e referência em assistência técnica, financeira, educacional e médica (MORENO e HIGA, 2005; SEPLAN, 2008).

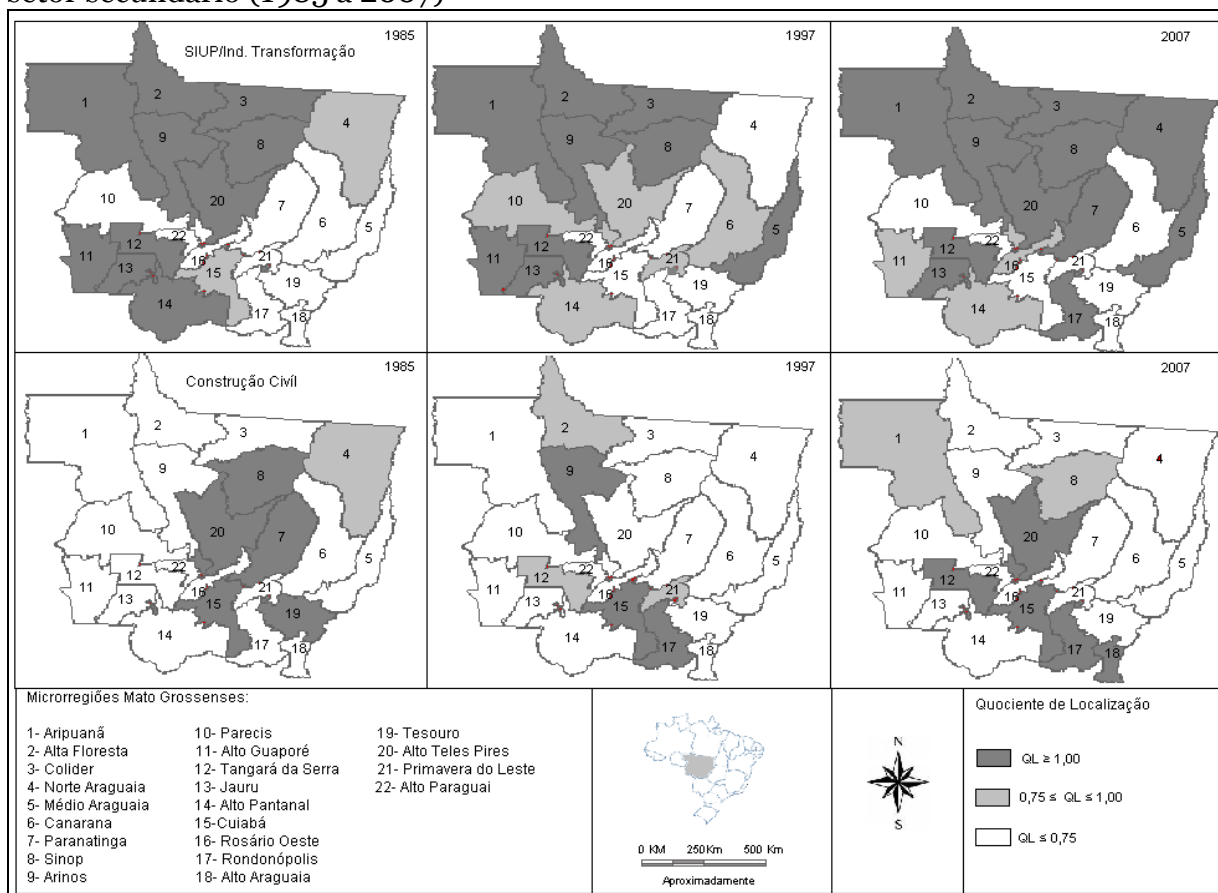
Ao se observar a representação da Figura 02, fica evidente que após 1997, o Mato Grosso ainda estava sob o efeito uma mudança significativa no comportamento da distribuição da força de trabalho em virtude de exploração das atividades extrativistas minerais e na agropecuária. Regiões que até este período possuíam um baixo desenvolvimento da mão-de-obra formal nestas atividades (microrregião de Paranatinga e de Jauru), avançaram no crescimento na década posterior, alcançando uma posição melhor na geração de empregos formais nessa atividade ($QL \geq 1,00$). As microrregiões Arinos, Alto Pantanal e Tesouro, na década de 1985, possuíam seu QL médio ($0,75 \leq QL \leq 1,00$) no setor primário.

No caso da Microrregião 9 (Arinos), ao norte do Estado, possuía até a década de 1990 como atividade econômica principal a exploração madeireira. Entretanto, desse período até 2002, o município de Juara (cidade-pólo da microrregião), é referência em serviços, mas as cidades que compõem a microrregião tem sua economia baseada na atividade pecuária (BORBA, 2009).

Por outro lado, a microrregião de Colíder teve uma média concentração de mão-de-obra formal no setor primário até 1997 ($0,75 \leq QL \leq 1,00$), em decorrência das cidades de Peixoto de Azevedo e Apiacás, com a redescoberta da atividade de mineração, que trouxe grandes fluxos migratórios, principalmente vindos da região norte do país. Essa atividade também é evidenciada na microrregião de Paranatinga, com a descoberta e exploração de jazida de fosfato e de calcário em Nova Brasilândia. Por sua vez, a microrregião de Jauru tem sua economia baseada na pecuária de corte e leiteira, servindo de matéria-prima para frigoríficos da região, diferentemente da microrregião de Cuiabá, na qual prevalece os Serviços de Administração Pública (atividade secundária), também em detrimento de ser a capital do Estado: Cuiabá. Já Rondonópolis e Primavera do Leste tem a economia baseada na indústria de transformação e no agronegócio, respectivamente.

No caso das microrregiões de Jauru e Alto Guaporé, a ocupação da mão-de-obra é baixa à média na atividade extrativa e agropecuária até a década de 1990. Após, este período, a implantação de frigoríficos de abates bovinos fez com que o emprego formal migrasse para uma alta concentração de mão-de-obra na atividade pecuária. Estas duas microrregiões são referências a partir de 1985 na oferta de mão-de-obra formal no setor secundário, principalmente em Serviços Industriais de Utilidade Pública e a indústria de transformação (Figura 03).

Figura 03 - Perfil Locacional (QL) da ocupação de mão-de-obra do Mato Grosso – setor secundário (1985 a 2007)



FONTE: Resultados da pesquisa, a partir de dados da RAIS/MTE

Ressalta-se que o setor secundário, na década de 1985, teve maior crescimento em paralelo a expansão da população urbana, evidenciado nas microrregiões de Cuiabá, Tesouro, Paranatinga, Alto Teles Pires e Sinop. A população, inicialmente instalada na área rural, buscou a extração mineral e vegetal, inicialmente advindas da extração madeireira. Após o fim dessa atividade exploratória, estruturaram-se as atividades agropecuárias, com destaque para o cultivo de soja, principalmente no leste e norte do Mato Grosso (Rondonópolis e Alto Teles Pires, respectivamente) e a pecuária de corte e leiteira nas microrregiões de Arinos, Alta Floresta e Aripuanã.

Entretanto, atividades extrativas nessa região brasileira possuem um baixo nível de formalização das relações de trabalho. Com isso, as famílias que ai chega, migram para as cidades, concentrando-se nas áreas urbanas, nas busca de infraestrutura, bem como trabalho e renda aos membros. Esse fato fica evidenciado na construção civil, com $QL \geq 1,00$ no centro e sul do estado de Mato Grosso em 2007. Chama a atenção a microrregião Alto Teles Pires que contemplam cidades como Sorriso, referência no Estado e no Brasil em produção de soja e cidades de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum que se instalaram frigoríficos de abate de gado bovinos, aves e suínos. Tais atividades foram fatores de incentivo à nova migração populacional do sul e sudeste do país, com a consequente estruturação de infraestrutura básica nas cidades.

Ao se observar a microrregião Alto Teles Pires, nota-se no emprego formal um vácuo na ocupação do território na década de 1997, evidenciada na atividade de construção civil. Uma das causas dessa desaceleração ocupacional está ligada a

diminuição sensível de recursos financeiros vindos até então de políticas públicas federais para a Região Centro-Oeste neste período, fazendo com que houvesse uma retração nessa década, na migração para o Estado, que em 1990 teve 78,03% de crescimento em sua população e em 2000 foram apenas 22,76% na taxa de crescimento relativa (TABELA 1). No início do Século XXI, o Estado não detinha mais o crescimento significativo da migração, mas ainda era forte sua atratividade populacional se comparados ao Brasil, que em 2009 estimava-se em crescimento de 12,93%, enquanto no Mato Grosso estava em 19,86% sua taxa de crescimento relativo.

Tal crescimento da população está ligada a expansão das atividades agropecuárias e como consequência, a industrialização de algumas matérias-primas na região. Isso fica claro a partir de meados da década de 2000, quando se instalam no Mato Grosso indústrias frigoríficas, laticínios, indústrias sucroalcooleiras e de extração de calcário, entre outros. Vê-se este crescimento agroindustrial do Estado na Tabela 2, evidenciando o significativo crescimento do agronegócio e sua industrialização.

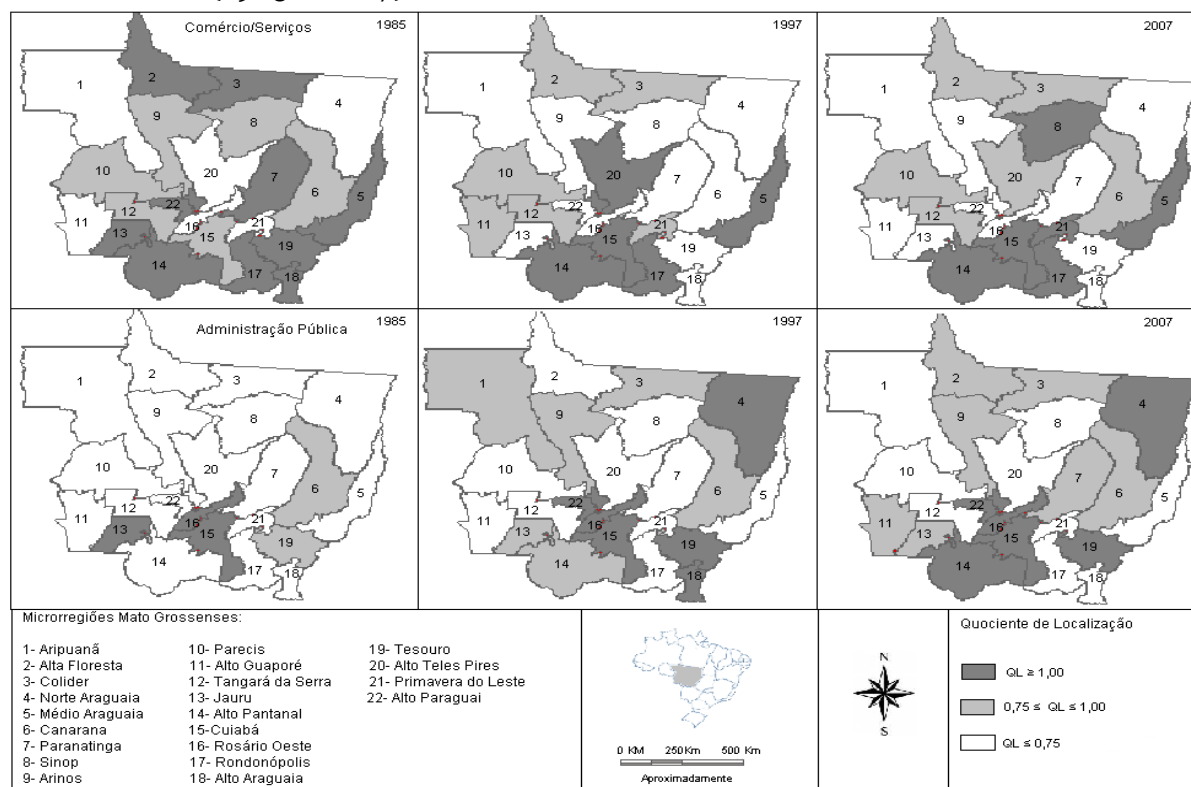
Tabela 02 - Principais produtos industrializados exportados do Mato Grosso.

PRINCIPAIS PRODUTOS	1999		2008	
	Valor US\$ Mil	Quant (t)	Valor US\$ Mil	Quant (t)
COMPLEXO SOJA	247.699	1.499.111	1.737.664	3.847.379
Farelo de Soja	195.302	1.377.044	1.229.940	3.405.191
Óleo de Soja	52.397	122.068	507.724	442.188
CARNES	89.846	30.901	936.715	303.364
Bovina	89.108	30.254	698.015	185.195
Aves	738	646	201.920	105.829
Suína	0	0	36.780	12.340
ALGODÃO	2.478	2.072	436.036	359.755
COURO	12.990	6.713	65.648	18.487
MADEIRA	57.724	127.829	189.708	216.091
Serrada, Compensado	57.724	127.829	189.708	216.091
AÇUCAR	6.899	39.334	5.177	16.361
TOTAL	417.636	-	3.370.948	-

FONTE: Sistema FIEMT (novembro 2009)

Com o crescimento do setor agroindustrial oriundos primeiramente do agronegócio, geraram-se novas demandas populacionais ao Mato Grosso, agora com maior incremento de especialização da mão-de-obra como consequência do crescimento tecnológico, envolvido nas atividades econômicas no Estado. Segundo o Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de Mato Grosso (SINDILAT, 2010), há 57 empresas associadas ao complexo leiteiro e 23 frigoríficos de abates (SINDIFRIGO, 2010) no Estado. Por sua vez, o Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso, também divulgou a participação na economia das atividades econômicas do Estado: agropecuária com 28%; a indústria com 16%; o comércio com 13%; serviços 29% e governo com 14% (FIEMT, 2009).

Figura 04: Perfil Locacional (QL) da ocupação de mão-de-obra do Mato Grosso – setor terciário (1985 a 2007)



FONTE: Resultados da pesquisa, a partir de dados da RAIS/TEM

Enquanto o estado de Mato Grosso tornou-se referência nacional no agronegócio, capitaneado pelas áreas rurais de municípios como Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, surgiram também os municípios que vieram tornar-se pólos no setor terciário, como Sinop. Considerada cidade-pólo da microrregião Sinop, ela tornou-se referência na estruturação do emprego formal no setor de comércio e serviços, principalmente no ano de 2007 (FIGURA 4). Observa-se que esta atividade econômica tinha destaque na microrregião de Alta Floresta e Colíder nas décadas de 1985 a 1997, com seus QL ≥ 1,00 nesse período.

Por sua vez, a atividade agropecuária, referência atual nessas duas microrregiões, utilizou menos mão-de-obra formal, estimulando o deslocamento das famílias para outras cidades que possuem serviços e comércio mais densos. Com isto, a população deslocou-se para a microrregião Sinop na década de 2000, quando a cidade abrigou um grande número populacional a partir de então: em 2000 com 74.831 pessoas e 2010 com 111.643 habitantes (IBGE, 2010).

Outro fato que chama atenção, diz respeito à microrregião Médio Araguaia, que engloba cidades que formam divisa com Goiás. Nessa microrregião prevalece o comércio, em particular o segmento varejista local, em virtude do acesso da população à capital de Goiás (Goiânia), do que para Cuiabá,

Por sua vez, atividades da Administração Pública é destaque no emprego formal da região sul do Estado, em municípios que fazem divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul (Jauru, Cuiabá e Rosário Oeste), colonizadas ainda no século XVII, estimuladas pela extração mineral. Quando escasseou a extração atividade extrativista, a população local se aglomerou em volta dos povoados, que vieram a se firmar em municípios no século XX. Com isto, a necessidade de estruturação das

mesmas cresceu e fortificou o serviço público em torno da capital (Cuiabá) e em cidades próximas (Várzea Grande e Rosário Oeste). Esta atividade também prevaleceu na ocupação e renda das famílias nas microrregiões de Alto Araguaia e Tesouro.

Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi analisar a evolução das atividades econômicas a partir da ocupação efetiva do estado de Mato Grosso após a década de 1980, mostrando como as microrregiões do Estado d estruturaram suas atividades produtivas.

Os resultados mostraram que o setor primário foi fortemente estimulado no centro e norte de Mato Grosso a partir de 2000, principalmente com a expansão da fronteira agrícola e o crescimento da pecuária. Entretanto, ao norte do Estado, as microrregiões de Sinop e Colíder tiveram seu núcleo econômico fortalecido pelo setor terciário, mais precisamente no ramo de comércio e serviços, informações evidenciadas pela análise do perfil locacional dos municípios.

Para o setor terciário como um todo, de 1985 a 2007, observou-se uma dispersão do emprego formal nas atividades de comércio e serviço, sendo o serviço de Administração Pública evidenciado ao sul do Estado, principalmente nas microrregiões de Cuiabá e Rosário Oeste, com um alto quociente de localização. A maioria dos municípios localizados no centro e norte do Estado tiveram sua expansão nas atividades secundárias voltadas à indústria de transformação e Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP). Isso ocorreu por meio da expansão da agroindústria, principalmente de indústrias frigoríficas no norte do Estado e nas indústria sucroalcooleira ao centro e leste de Mato Grosso, que apresentaram elevações nas melhorias no seu perfil locacional. Isso significa que os municípios ainda estão em transição, fortalecendo suas economias nas atividades urbanas.

Observou-se também que ainda há uma grande dispersão do emprego formal nas atividades rurais, com o agronegócio sendo referência em praticamente todo o Estado, mantendo sua estrutura produtiva com alta concentração de mão-de-obra. Por sua vez, a população urbana também cresceu e se expandiu no período. Essa constatação é bem evidente em cidades como Primavera do Leste, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. Após 2000, essas cidades tiveram um crescimento significativo da sua população. Concomitantemente, esses municípios e arredores tornaram-se referência no Mato Grosso e no Brasil com o fortalecimento das atividades primárias.

Ficou evidenciado que a dinâmica socioeconômica do estado de Mato Grosso está centrada na atividade agropecuária. Porém, pouco a pouco as atividades da indústria de transformação ganham destaque nas microrregiões centro e sul do Estado. Isto que há oportunidades para o desenvolvimento de atividades agroindustriais, além de maior diversificação produtiva em outros setores econômicos, como os industriais (Rondonópolis, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum), de comércio e serviços, como a microrregião de Sinop, no norte do Estado e no sul as microrregiões de Alto Pantanal, Cuiabá, Primavera do Leste e Médio Araguaia.

Portanto, esse estudo tornou-se uma referência para compreender a dinâmica do crescimento das atividades econômicas das microrregiões mato-grossenses, especialmente por disponibilizar dados e informações para pesquisas e trabalhos

técnicos. Apesar de Mato Grosso ter avançado em seu crescimento (econômico e social) nas últimas três décadas, ainda são poucas as identificações e análises de dados, principalmente em aspectos econômicos, que venham corroborar em às políticas efetivas de crescimento e desenvolvimento local e regional.

Referências

ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde esta o agro deste negócio?** Transformações socioespaciais do Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Campinas: UNICAMP, 2007.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia. **Frenteira Amazônica:** questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. UnB / Ed. UFRJ, 1990.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, nº 12 - setembro 2001. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper28.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

_____. **Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, nº 19 (53), 2005.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

_____. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Boletim Mus. Para Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Agronegócio e desenvolvimento. In: SILVA, Valquíria da; CARDOSO DE MELLO, Nilda (Org.). Agronegócio: desenvolvimento, meio ambiente e sociedade. **Anais:** Ciclo de debates IEA 65 anos. São Paulo: IEA/APTA/SAA, p.09-26, 2009.

BORBA, Beatriz A. S. de O. **A evolução socioeconômica da região norte de mato grosso e as perspectivas de desenvolvimento sustentável da região.** Trabalho de conclusão de curso. (Curso de Ciências Econômicas). Sinop-MT: UNEMAT, 2009.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. In: **Campo-território:** Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 173-195, 2006.

FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). **Região e nação na América Latina.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

GOMES, Paulo da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GRUPO DE PESQUISA RETIS. **Limites, fronteiras e redes.** UFRJ/IGEO/DEGEO. 18 de dezembro, 2003. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências demográficas:** uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000 / IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Censos Demográficos.** Várias edições: 1940/60/80/91/2000-2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados. Acesso em: 27 nov. 2010.

JIMENO, Myrian. Identidade e experiências cotidianas de violência. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). **Região e nação na América Latina.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

LIMA, Maria Helena Palmer (org). **Divisão Territorial do Brasil.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. Departamento de Geografia. Departamento de Estruturas Territoriais. Brasília-DF: 2002. Disponível em: <www1.ibge.gov.br/home/.../Anexo_C_6_3_1_1_DTB.doc>. Acesso em: 26 nov. 2010.

FERRERA DE LIMA, Jandir; EBERHARDT, Paulo Henrique de César; GENTILINI, Daiana Caroline; HECK, Augusto Luiz. Mudanças estruturais da ocupação da mão-de-obra da economia regional do Sudoeste Paranaense no início do Século XXI. In: **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vol. 01, n 02, p. 137-150, 2009.

FERRERA DE LIMA, Jandir; EBERHARDT; Paulo Henrique de Cesar Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n° 02, p. 134-151, 2010.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. **Ocupação humana e transformações das paisagens na Amazônia brasileira.** In: Universidade de São Paulo/SP: **Amazônica** vol. 01, n° 01, p.200-228, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. Universidade de São Paulo: São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MARTINS, Herbert Toledo. A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 35, p. 263-288, 2001.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (orgs.). **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MULLER, Charles; MARTHA JR., Geraldo. A agropecuária e o desenvolvimento sócio-econômico recente do Cerrado. In: **Anais:** Simpósio Nacional Cerrado, 9.

Simpósio Internacional Savanas Tropicais, 2. Brasília: Embrapa Cerrados, 12 a 17 de outubro de 2008.

OLIVEIRA, Ademir Machado de; BORBA, Beatriz Aparecida S. de Oliveira; ORLANDI, Marines. Elementos condicionantes da evolução socioeconômica de Mato Grosso e da Mesorregião Norte Mato-grossense. In: **Anais: XX Semana de Economia Brasileira**, III Seminário de Desenvolvimento Regional e I Simpósio de Direito e Economia. UNIOESTE: 13 a 16 de novembro de 2010.

RAFFESTIN, Claude. Entrevista concedida a Marcos Aurélio Saquet. **Revista Formação**, n.15 volume 1 – p. 01-05. Disponível em: <<http://departamentosgeoradical.blogspot.com/2009/10/prof-dr-claude>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

SEPLAM-MT. Secretaria do Planejamento do Estado de Mato Grosso. **MT em números**. Aspectos econômicos. Aspectos sociais. 2008.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Lista de Associados**. SINDILAT, 2010. Disponível em: <<http://www.sindilatmt.com.br/associados.php>>. Acesso em 21 dez. 2010.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FRIGORÍFICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Lista de Associados**. SINDIFRIGO, 2010. Disponível em: <http://www.sindifrigo.com.br/a_sindifrigo/index.asp?cod=30>. Acesso em 21 dez. 2010.

SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – FIEMT. **Evolução da Economia Industrial no Estado 1999–2008**. Novembro de 2009. Disponível em: <http://www.fiemt.com.br/ns/mostra_arquivo.php?arquivo=485>. Acesso em: 21 dez. 2010.

SINGER, Paul. Crescimento econômico e distribuição espacial da população. **Revista de Economia Política**. Vol. 2/3, 1982.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.